



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

Demonstrações Contábeis
2º Trimestre/2019

Boa Vista-RR
26/07/2019

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA
Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORIA DE ENSINO
Sandra Grützmacher

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
Fabiana Leticia Sbaraini

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
Nadson Castro dos Reis

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Diogo Saul Silva Santos

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI
CAMPUS AMAJARI
George Sterfson Barros

CAMPUS BOA VISTA
Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
Maria Aparecida Alves de Medeiros

CAMPUS NOVO PARAISO
Eliezer Nunes Silva

CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM
Leila Ghedin

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES
REITORIA
Geórgia Marcelly Gomes Matias
Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI
Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA
Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO
Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Execução de RAP Não Processados	37
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações	28
Quadro 2: Contratados – Principais Transações	29
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.....	20
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo.....	21
Tabela 3: Estoques - Composição	21
Tabela 4: Imobilizado – Composição.....	22
Tabela 5: Bens Móveis - Composição.....	23
Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	23
Tabela 7: Bens Móveis - Composição.....	25
Tabela 8: Intangível – Composição.....	26
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição	27
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por órgão/unidade gestora contratante	27
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar por fornecedor	27
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão.....	28
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Órgão/Unidade Gestora Contratante	29
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado	29
Tabela 15: Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG	36

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	7
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	9
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	10
3.5 RESTOS A PAGAR.....	11
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	11
4.1. MOEDA FUNCIONAL	11
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	12
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	12
4.5. ESTOQUES	12
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	12
4.7 INVESTIMENTOS	13
4.8 IMOBILIZADO	13
4.9 INTANGÍVEL	13
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS	14
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS	14
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET	15
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	15
4.14 PROVISÕES	16
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	16
4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	16
4.16.1 Resultado Patrimonial	16
4.16.2 Resultado Orçamentário.....	17
4.16.3 Resultado Financeiro	17

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	19
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	19
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial.....	20
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	31
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais.....	32
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	33
5.3.1 Notas Explicativas Sobre as Principais Contas do Balanço Orçamentário	35
5.4 BALANÇO FINANCEIRO	38
5.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	39
5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41

APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 2º trimestre de 2019 fazendo uma comparação com os resultados no final do exercício anterior (dezembro/2018) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (junho/2018).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto

dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o Real. Sendo assim, as Demonstrações Contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este Instituto, porém apenas uma pequena parcela os bens móveis foram reavaliados e os imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização

acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares, classificados como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, não são adotados por este instituto. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gestão da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime

de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	31/06/2019	31/12/2018
			R\$ milhares
ATIVO CIRCULANTE		13.255.998,51	12.431.110,63
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.927.154,58	8.686.106,89
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		641.709,86	82.555,94
Estoques		3.687.134,07	3.662.447,80
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		123.590.592,13	118.145.794,97
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		6.607,19	6.607,19
Investimentos		-	-
Imobilizado		123.455.306,54	118.145.794,97
Bens Móveis		41.404.382,05	38.479.986,29
Bens Móveis		51.025.949,90	47.052.700,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-9.621.083,10	-8.572.229,33
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-484,75	-484,75
Bens Imóveis		82.050.924,49	79.665.808,68
Bens Imóveis		82.805.778,51	80.195.419,85
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-754.854,02	-529.611,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		128.678,40	76.718,40
Softwares		128.678,40	76.718,40
Softwares		128.678,40	76.718,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		136.846.590,64	130.660.231,19
PASSIVO CIRCULANTE		29.454.214,01	8.453.435,94
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		9.765.947,39	7.017.974,28
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.755.457,47	131.198,95
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		17.932.809,15	1.304.262,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		29.454.214,01	8.453.435,94
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados		107.392.376,63	122.206.795,25
Resultado do Exercício		-14.783.628,64	9.258.661,49
Resultados de Exercícios Anteriores		122.206.795,25	113.034.732,61
Ajustes de Exercícios Anteriores		-30.789,98	-86.598,85
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.392.376,63	122.206.795,25
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.846.590,64	130.660.231,19

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

Em 30/06/2019, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 8.927.154,58 (oito milhões e novecentos e vinte e sete mil e cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 389.480,61	R\$ 493.851,26	-21,13
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 8.537.673,97	R\$ 8.192.255,63	4,22
Total	R\$ 8.927.154,58	R\$ 8.686.106,89	2,78

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Como podemos observar na tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de pagto”, apresentando um saldo de R\$ 8.537.673,97 (oito milhões e quinhentos e trinta e sete e seiscentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos).

Importante explicar que, esse valor não se trata de disponibilidade propriamente dita para dispêndios do órgão. No final de dezembro de 2018 a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estabeleceu novos procedimentos para processamento das Ordens Bancárias, inclusive referente à folha de pagamento de pessoal. No entanto, alguns desequilíbrios foram identificados em função dessa mudança. Assim, esses valores foram registrados nessa conta para que tais desequilíbrios pudessem ser solucionados, com ajuste previstos para janeiro de 2019. Esses valores são referente à folha de pagamento de pessoal.

Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 30/06/2019 um montante de R\$ 641.709,86 (seiscentos e quarenta e um mil e setecentos e nove reais e oitenta e seis centavos). A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Suprimento de fundos – adiantamentos	R\$ 4.000,00	R\$ 37.446,00	-89,32
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$ 37.014,95	R\$ 37.014,95	0,00
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 8.094,99	R\$ 8.094,99	0,00
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$ 592.599,92	R\$ 0,00	-
Total	R\$ 641.709,86	R\$ 82.555,94	677,30

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

No segundo trimestre de 2019 houve um aumento considerável (677,30%) em comparação a dezembro de 2018, conforme demonstra a tabela 2. De forma notória, em 30/06/2019 a conta “Suprimento de fundos – adiantamentos” apresentou redução de 89,32% em relação a 2018, enquanto a conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” teve um registro de R\$ 592.599,92, referente a um adiantamento de recursos de créditos recebidos através de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades.

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Almoarifado, que representa no segundo trimestre de 2019 81,07% grupo.

Em 30/06/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.687.134,07 (três milhões, seiscentos e oitenta e sete e cento e trinta e quatro reais e sete centavos), que estão registrados pelo custo médio ponderado

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos estoques no primeiro trimestre de 2019:

Tabela 3: Estoques - Composição

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Almoarifado	R\$ 2.989.174,50	R\$ 2.985.882,88	0,11
Outros estoques – consolidação	R\$ 697.959,57	R\$ 676.564,92	3,16
Total	R\$ 3.687.134,07	R\$ 3.662.447,80	0,67

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Ao final do segundo trimestre de 2019, percebe-se sensível acréscimo nas contas patrimoniais.

Podemos analisar na tabela 3, que a conta de Almojarifado cresceu apenas 0,11% em relação a 31/12/2018, percebe-se uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange a estocagem e utilização de insumos. A conta Almojarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 123.455.306,54 (centro e vinte e três milhões e quatrocentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos) relacionados a imobilizado, o que representa um pequeno aumento de 4,49% quando comparado com o período de 31/12/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o segundo trimestre de 2019 em comparação com o exercício de 2018.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 51.025.949,90	R\$ 47.052.700,37	8,44
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(R\$ 9.621.083,10)	(R\$ 8.572.229,33)	12,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(R\$ 484,75)	(R\$ 484,75)	-
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 82.050.924,49	R\$ 79.665.808,68	2,99
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(R\$ 754.854,02)	(R\$ 529.611,17)	42,53
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	R\$ 123.455.306,54	R\$ 118.145.794,97	4,49

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 30/06/2019 totalizavam R\$ 41.404.382,05 (quarenta e um milhões e quatrocentos e quatro mil e trezentos e oitenta e dois reais e cinco centavos), correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	R\$ 15.044.209,87	R\$ 14.987.115,83	0,38	29,48
Bens de informática	R\$ 13.306.791,74	R\$ 9.966.645,92	33,51	26,08
Móveis e utensílios	R\$ 11.689.251,16	R\$ 11.392.942,17	2,60	22,91
Material cultural, educacional e de comunicação	R\$ 3.715.292,08	R\$ 3.435.642,07	8,14	7,28
Veículos	R\$ 6.954.651,42	R\$ 6.954.532,95	0,00	13,63
Bens em almoxarifado	R\$ 150.032,56	R\$ 150.032,56	0,00	0,29
Demais bens móveis	R\$ 165.721,07	R\$ 165.788,87	-1,36	0,32
Depreciação e amortização acumulada	(R\$ 9.621.083,10)	(R\$ 8.572.229,33)	12,24	-
Redução ao valor recuperável	(R\$ 484,75)	(R\$ 484,75)	0,00	-
Total	R\$ 41.404.382,05	R\$ 38.479.986,29	7,60	-

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 29,48% refere-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total dos Bens Móveis. Compõe esse subgrupo, as principais contas são:

Tabela 6: Maquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.015.434,24	R\$ 2.064.580,90	-2,38	13,40
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 437.524,53	R\$ 436.211,57	0,30	2,91
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 2.405.494,60	R\$ 2.383.602,26	0,92	15,99
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.019.187,72	R\$ 1.006.942,17	1,22	6,77
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 537.336,37	R\$ 537.336,37	0,00	3,57
Maquinas e equipamentos industriais	R\$ 427.209,72	R\$ 478.647,42	-10,75	2,84
Maquinas e equipamentos energético	R\$ 3.995.357,96	R\$ 3.962.357,96	0,83	26,56
Maquinas e equipamentos gráficos	R\$ 34.892,47	R\$ 27.050,17	28,99	0,23

Maquinas, ferramentas e utensílios	R\$ 215.911,41	R\$ 215.911,41	0,00	1,44
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$ 302.899,96	0,00	2,01
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$ 290,00	0,00	0,002
Maquinas e utensílios agropecuário	R\$ 1.243.890,28	R\$ 1.243.890,28	0,00	8,27
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.201.202,91	R\$ 1.201.202,91	0,00	7,98
Maquinas e equipamentos – construção	R\$ 5.253,32	R\$ 5.253,32	0,00	0,03
Maquinas e equipamentos eletroeletrônicos	R\$ 55.708,00	R\$ 55.708,00	0,00	0,37
Maquinas, utensílios e equipamento	R\$ 1.061.724,79	R\$ 980.339,54	8,30	7,06
Outras maquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 84.891,59	R\$ 84.891,59	0,00	0,56
Total	R\$ 15.044.209,87	R\$ 14.987.115,83	29,48	100

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR.

Em relação a conta depreciação/amortização acumulada (tabela 4), percebe-se uma variação positiva de 42,53% oriunda, muitas das vezes, do aumento de doações recebidas pelo IFRR em função de transferências de bens das instituições de fomento referente a execução de projetos acadêmicos assim como aquisições de bens.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 30/06/2019 totalizavam R\$ 82.805.778,51 (oitenta e dois milhões e oitocentos e cinco mil e setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos), correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7: Bens Móveis - Composição

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial registrados	R\$ 34.085.283,04	R\$ 34.085.283,04	0,00	41,16
Bens imóveis em andamento	R\$ 47.402.762,80	R\$ 44.876.199,99	5,63	57,25
Instalações	R\$ 1.293.952,67	1.210.156,82	6,92	1,56
Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$ 23.780,00	R\$ 23.780,00	0,00	0,03
Depreciação acumulada - bens imóveis	(R\$ 754.854,02)	(R\$529.611,17)	42,52	-
Total	R\$ 82.050.924,49	R\$ 79.665.808,68	2,99	100

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

De acordo com a tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 57,25% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, perfazendo o montante de R\$ 47.402.762,80 (quarenta e sete milhões e quatrocentos e dois mil e setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) em 30/06/2019 e teve um pequeno crescimento de 5,63% em relação a 31/12/2018. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente

para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/06/2019, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 8: Intangível – Composição

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 76.718,40	67,73
Total	R\$ 128.678,40	R\$ 76.718,40	

Fonte: SIAFI, 2019 E 2018

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo.

O intangível da unidade referente a Software com Vida Útil Indefinida e não possui nem Marcas Direitos e Patentes de Vida Útil definida ou Indefinida nem Software com Vida Útil Definida ou Direito de Uso de Imóvel com prazo Determinado ou Indeterminado. No 2º trimestre de 2019 apresentou uma variação de 67,73% em relação a dezembro/2018, através de novas aquisições. O intangível representa 0,09% do total do Ativo. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados com caráter de Longo Prazo.

Em 30/06/2019, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.755.457,47 (Hum milhão setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Circulante			
Nacionais	R\$ 1.755.457,47	R\$ 131.198,95	1238,01
Estrangeiros			
Não Circulante			
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	R\$ 1.755.457,47	R\$ 131.198,95	1238,01

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2019)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve um acréscimo de 1238,01% no segundo trimestre em relação ao período 31/12/18.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2019.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por órgão/unidade gestora contratante

	30/06/2019	31/12/2018	AV 2º Tri.(%)	AH (%)
158152 – Reitoria	R\$ 370.537,69	6.940,00	13,80	5239,16
158350 – Campus Boa Vista Centro	R\$ 292.244,35	61.126,90	16,65	378,09
158351 – Campus Novo Paraíso	R\$ 419.856,20	3.414,46	23,92	12196,42
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	R\$ 225.485,58	25.535,84	12,84	783,02
158510 – Campus Amajari	R\$ 447.333,65	34.181,75	25,48	1208,69
Total do Órgão	R\$ 1.755.457,47	131.198,95	100,00	-

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2019).

O Campus Amajari apresentou 25,48% de obrigações no segundo trimestre em relação ao valor total do órgão. Considerando a variação entre o período de dezembro/2018 e junho/2019, esta unidade apresentou uma variação de 1208,69%.

Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos do órgão e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2019.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar por fornecedor

	30/06/2019	AV (%)
DR7 serviço de obras de alvenaria Ltda.	R\$ 235.052,07	22,30
PROJECON empreendimentos Ltda.	R\$ 177.409,63	16,83
Roraima Energia S.A	R\$ 171.113,95	16,23
M. do Espírito Santo Lima - EIRELI	R\$ 143.058,99	13,57
Livraria Litudo LTDA	R\$ 115.755,96	10,98
AMATUR Amazônia Turismo Ltda.	R\$ 110.897,13	10,52
SEGURPRO Vigilância Patrimonial S.A.	R\$ 100.912,66	9,57
Total	1.054.200,39	100%

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2019).

A Tabela 11 demonstra sete fornecedores mais significativos da Instituição. Sendo a empresa DR7 Serviço de Obras de Alvenaria Ltda. o fornecedor mais significativo, correspondendo a 22,30% destes principais fornecedores.

A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
01335516000150	Serviços de obras e engenharia, para executar serviço de reforma e ampliação do campus avançado Bonfim/RR	R\$ 235.052,07	27/06/19
23120190000186	Construção de 02 (dois) alojamento no IFRR - campus Amajari	R\$ 177.409,63	28/05/19
02341470000144	Fornecimento de energia elétrica para os Campi	R\$ 171.113,95	várias
02043066000194	Serviço de motoristas para os campi Boa Vista e Novo Paraíso	R\$ 143.058,99	várias
01864782000170	Aquisição de acervo bibliográfico para o Campus Novo Paraíso	R\$ 115.755,96	várias
34805903000161	Serviços de Transporte escolar para o Campus Novo Paraíso	R\$ 110.897,13	várias
25278459000182	Prestação dos serviços de vigilância para a Reitoria, Campus Boa Vista e Campus Novo Paraíso	R\$ 100.912,66	várias

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI (junho/2019)..

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Fornecedor DR7 Serviço de Obras de Alvenaria Ltda., que presta serviços de obras e engenharia, para executar a reforma e ampliação do Campus Avançado Bonfim/RR.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 30/06/2019, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 18.038.982,09 (dezoito milhões, trinta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e nove centavos) relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	R\$ 276.146,22	424.138,17	-34,89
Fornecimento de Bens	R\$ 1.842.148,51	2.614.457,32	-29,54
Seguros	R\$ 55.596,24	6.251,24	789,36
Serviços	R\$ 17.221.451,56	15.001.474,85	14,80
Total	R\$ 19.395.342,53	18.046.321,58	7,48

Fonte: Tesouro Gerencial (junho/2019).

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 88,7% ao final de 30/06/2019. Em relação ao período 31/12/18, houve um acréscimo de 14,80% de obrigações contratuais.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2019.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Órgão/Unidade Gestora Contratante

	30/06/2019	AV (%)
158152 – Reitoria	R\$ 3.903.968,95	20,19
158350 – Campus Boa Vista Centro	R\$ 5.671.678,99	29,33
158351 – Campus Novo Paraíso	R\$ 2.217.185,01	11,47
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	R\$ 1.579.159,66	8,17
158510 – Campus Amajari	R\$ 5.965.723,68	30,85
Total	R\$ 19.337.716,29	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Junho/2019).

Os campi Boa Vista e Amajari são responsáveis por 60,18% do total contratado. O Campus Amajari teve um crescimento de 14,54% na contratações de serviços em relação a dezembro/2018, já o Campus Boa Vista, por ser maior Campus do Instituto Federal de Roraima, apresentou um maior custo em contratação de serviços de manutenção com um crescimento de 70,69%, porém obteve um decréscimo de 45,34% em contratações com fornecimentos de bens em relação a dezembro/2018.

Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2019.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado

	30/06/2019	AV (%)
HIGILIMP SERVICOS LTDA	R\$ 1.471.004,58	23,39
CERASA ENGENHARIA LTDA	R\$ 947.305,41	15,06
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E AS	R\$ 942.000,00	14,98
R M P ROMERO	R\$ 807.345,90	12,84
PROJECON EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 804.121,56	12,79
M. DO ESPIRITO SANTO LIMA - EIRELI	R\$ 663.288,94	10,55
FOOD ALIMENTACAO EIRELI	R\$ 654.268,43	10,40
Total	R\$ 5.905.080,36	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Junho/19).

Considerando a Tabela 14, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 2: Contratados – Principais Transações

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
05281484000108	Serviço de limpeza Reitoria	R\$ 283.380,06	R\$ 91.151,44	18/02/20
	Serviço de limpeza Campus Boa Vista	R\$ 1.187.624,52	R\$ 1.014.611,91	03/05/20
34803684000181	Construção do Almoxarifado do Campus Novo Paraíso	R\$ 160.916,95	R\$ 100.874,40	05/05/17
	Construção do Almoxarifado do Campus Novo Paraíso	R\$ 950.014,35	R\$ 846.431,01	30/03/17
04236076000171	Serviço de Banca Organizadora do Concurso Público para professor EBT e TAE (CLASSES C,D e E) do IFRR.	942.000,00	942.000,00	16/05/20
15790280000156	Preparo e distribuição de refeições Campus Amajari	R\$ 1.077.150,00	R\$ 807.345,90	09/07/16
23120190000186	Construção de 2 (dois) alojamentos no Campus Amajari	R\$ 1.430.469,34	R\$ 804.121,56	01/11/19
02043066000194	Serviço de motorista Reitoria	R\$ 274.645,52	R\$ 118.728,97	18/03/19
	Serviço de motorista CBV	R\$ 546.217,44	R\$ 663.288,74	14/08/19
02043066000194	Serviço de motorista CNP	R\$ 386.375,31	R\$ 430.969,74	25/08/19
	Serviço de motorista CZO	R\$ 57.742,18	R\$ 0,00	04/06/19
	Serviço de motorista CAM	-	R\$ 0,00	-
05383579000132	Fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço e janta) para os alunos do campus Amajari	R\$ 817.400,00	408.700,00	09/01/20
	Fornecimento de alimentação para os alunos do campus Novo Paraíso	R\$ 779.707,20	R\$ 654.268,43	05/03/20
Total a executar			R\$ 6.882.492,10	

Fontes: Siafi e Siasg 2019; Unidades Gestoras 158152, 158350, 158351, 158352 e 158510.

O principal valor das obrigações contratuais referem-se à contratação de serviços limpeza das unidades Reitoria e Campus Boa Vista. Em relação a construção dos almoxarifados nos campi Amajari e Novo Paraíso, no primeiro quando da liquidação da nota não foi baixada a obrigação e como a obra ainda não foi entregue ainda existem notas fiscais pendentes. No campus Novo Paraíso estão aguardando notas fiscais pendentes. Quanto ao serviço de preparação e distribuição de refeições no Campus Amajari, não foi informado o motivo do valor ainda estar registrado na conta de contratos, tendo em vista que a validade do contrato já expirou em 2016.

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, percebe-se que alguns contratos não foram baixados e que cada unidade tem responsabilidade sobre seus contratos.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NE	2019	2018
R\$ milhares			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		78.325.301,57	74.432.729,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		36.379,53	89.436,67
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		36.379,53	89.436,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		77.548.144,27	68.665.498,70
Transferências Intragovernamentais		77.548.144,27	68.665.498,70
Outras Transferências e Delegações Recebidas		250.392,19	4.912,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		664.557,80	5.601.257,25
Ganhos com Incorporação de Ativos		592.599,92	5.601.257,25
Ganhos com Desincorporação de Passivos		71.957,88	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		76.101,50	70.663,75
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		76.101,50	70.663,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		93.108.930,21	70.494.238,93
Pessoal e Encargos		49.057.620,63	47.327.736,79
Remuneração a Pessoal		38.558.672,49	37.185.185,22
Encargos Patronais		6.962.324,54	6.622.444,98
Benefícios a Pessoal		3.446.679,90	3.429.742,10
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		89.943,70	90.364,49
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		8.118.643,10	6.283.152,89
Aposentadorias e Reformas		7.736.812,86	5.935.155,33
Pensões		370.952,87	336.790,31
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		10.877,37	11.207,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		9.613.855,08	8.431.176,82
Uso de Material de Consumo		698.146,90	455.866,81
Serviços		7.669.114,80	7.255.135,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.246.593,38	720.174,62
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		9.667.599,63	7.854.576,13
Transferências Intragovernamentais		9.398.030,32	7.475.958,63
Transferências Intergovernamentais		25.556,98	373.704,94
Outras Transferências e Delegações Concedidas		244.012,33	4.912,56
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		16.343.889,12	110,00
Incorporação de Passivos		16.311.273,28	110,00
Desincorporação de Ativos		32.615,84	-
Tributárias		3.254,45	2.644,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.151,62	1.963,03
Contribuições		1.102,83	681,26
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		304.068,20	594.842,01
Premiações		2.341,00	-
Incentivos		301.547,20	586.291,83
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		180,00	8.550,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)		-14.783.6285,64	3.938.490,99

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado no em 30/06/2019 foi deficitário em R\$ 14.783.628,64 (catorze milhões e setecentos e oitenta e três mil e seiscentos e vinte e oito mil e sessenta e quatro centavos) se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 78.325.301,57) e Diminutivas (R\$ 93.108.930,21).

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	253.375,00	253.375,00	36.379,53	-216.995,47
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	33.736,00	33.736,00	24.688,51	-9.047,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	33.736,00	33.736,00	24.688,51	-9.047,49
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	204.171,00	204.171,00	11.691,02	-192.479,98
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	204.171,00	204.171,00	11.691,02	-192.479,98
Serviços e Atividades Ref. à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	15.468,00	15.468,00	-	-15.468,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.468,00	15.468,00	-	-15.468,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Inc. ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	253.375,00	253.375,00	36.379,53	-216.995,47
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	253.375,00	253.375,00	36.379,53	-216.995,47
DEFICIT	-	-	71.712.280,18	71.712.280,18
TOTAL	253.375,00	253.375,00	71.748.659,71	71.495.284,71
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
2º Trimestre/2019

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	131.695.650,00	131.695.650,00	71.539.119,53	58.989.728,56	49.336.935,96	60.156.530,47
Pessoal e Encargos Sociais	104.687.237,00	104.687.237,00	60.105.381,29	51.186.477,10	43.212.498,24	44.581.855,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.008.413,00	27.008.413,00	11.433.738,24	7.803.251,46	6.124.437,72	15.574.674,76
DESPESAS DE CAPITAL	7.418.148,00	7.418.148,00	209.540,18	1.115,34	1.115,34	7.208.607,82
Investimentos	7.418.148,00	7.418.148,00	209.540,18	1.115,34	1.115,34	7.208.607,82
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	139.113.798,00	139.113.798,00	71.748.659,71	58.990.843,90	49.338.051,30	67.365.138,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	139.113.798,00	139.113.798,00	71.748.659,71	58.990.843,90	49.338.051,30	67.365.138,29
TOTAL	139.113.798,00	139.113.798,00	71.748.659,71	58.990.843,90	49.338.051,30	67.365.138,29

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.328.724,14	5.005.549,20	4.401.873,37	4.174.026,03	329.725,29	1.830.522,02
Pessoal e Encargos Sociais	-	36.629,43	17.853,21	17.853,21	4.952,05	13.824,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.328.724,14	4.968.919,77	4.384.020,16	4.156.172,82	324.773,24	1.816.697,85
DESPESAS DE CAPITAL	3.073.027,32	7.908.580,41	6.630.354,52	5.956.648,08	166.557,41	4.858.402,24
Investimentos	3.073.027,32	7.908.580,41	6.630.354,52	5.956.648,08	166.557,41	4.858.402,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.401.751,46	12.914.129,61	11.032.227,89	10.130.674,11	496.282,70	6.688.924,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	67.165,09	8.296.569,24	8.294.242,46	1.205,70	68.286,17	
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.546.927,07	7.546.897,07	-	30,00	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	67.165,09	749.642,17	747.345,39	1.205,70	68.256,17	
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.114,85	-	-	2.114,85	
Investimentos	-	2.114,85	-	-	2.114,85	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	67.165,09	8.298.684,09	8.294.242,46	1.205,70	70.401,02	

5.3.1 Notas Explicativas Sobre as Principais Contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. A execução dos recursos recebidos por descentralização compõe as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 2º trimestre de 2019.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No primeiro trimestre de 2019 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 36.379,53, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 71.539.119,53 que gerou um déficit orçamentário de R\$ 71.712.280,18.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas referem-se somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não são computados os créditos orçamentários, recebidos no decorrer do exercício, correspondentes às despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada).

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado pelo IFRR para a coletividade. Com base no valor total das despesas fixadas na LOA/2019 de R\$ 139.113.798,00, as despesas correntes representam no orçamento 94,67% dos gastos, esse percentual é composto por despesas com pessoal e encargos sociais, que foi fixada em R\$ 104.687.237,00 (75,25%) e outras despesas correntes com uma previsão de R\$ 27.008.413,00 (19,41%).

As despesas de capital estão diretamente ligadas a aquisições de equipamentos, material permanente, imóveis, obras e outros. O valor fixado no orçamento foi de R\$ 7.418.148,00, representando um percentual de 5,33% do total previsto na LOA/2019. No segundo trimestre

de 2019, o registro de despesas empenhadas na categoria econômica despesas correntes foi de R\$ 71.539.119,53 e de capital foi R\$ 209.540,18.

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Considera-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2018 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 17.315.881,07 (dezessete milhões e trezentos e quinze mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sete centavos) sendo, que 74,58% foram inscritos ao final de 2018, enquanto que os outros 25,42% foram de exercícios anteriores, o que corresponde a R\$ 4.401.751,46 (quatro milhões e quatrocentos e um mil e setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos).

A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar se deu conforme Tabela 15 abaixo:

Tabela 15 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

Unidades Gestoras	Inscritos (A)	Liquidados (B)	Cancelados (C)	A Liquidar (D)=(A)-(B)-(C)	Pagos (E)	A Pagar (F)=(B)-(E)+(D)
158152	4.551.691,00	3.414.513,39	160.048,66	977.128,95	3.115.361,39	1.276.280,95
158350	4.048.772,18	2.708.100,68	73.213,30	1.267.458,20	2.611.924,33	1.363.634,55
158351	3.415.850,68	2.044.275,66	260.077,14	1.111.497,88	1.921.449,18	1.234.324,36
158352	2.640.029,17	1.443.826,58	2.943,60	1.193.258,99	1.283.347,59	1.353.737,98
158510	2.659.538,04	1.421.511,58	-	1.238.026,46	1.198.591,62	1.460.946,42
TOTAL	17.315.881,07	11.032.227,89	496.282,70	5.787.370,48	10.130.674,11	6.688.924,26
	%	63,71%	2,87%	33,42%	58,51%	38,63%

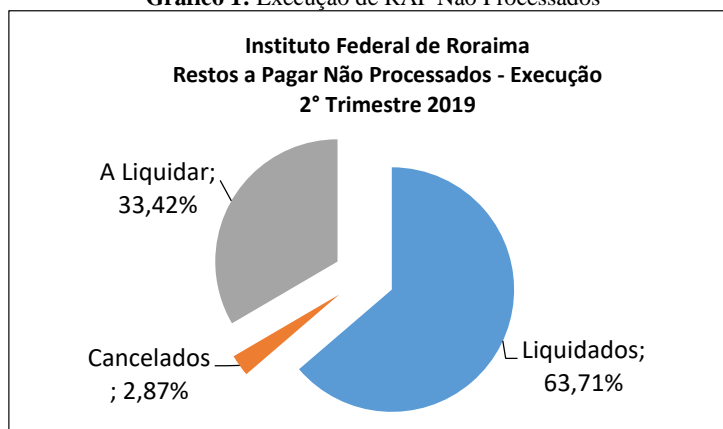
Fonte: Tesouro Gerencial (Junho/19).

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

No 2º trimestre de 2019 pode-se perceber a evolução da execução dos Restos a Pagar Não Processados quanto a liquidação. Houve um aumento de 58,58% em relação ao liquidado no 1º trimestre.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 2º trimestre de 2019 pode ser ilustrada pelo Gráfico 1 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.

Gráfico 1: Execução de RAP Não Processados



Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 1 que até 30/06/2019 houve a liquidação de 63,71%, o cancelamento de 2,87% e saldo a liquidar de 33,42%. Do total inscrito e reinscrito foi pago 58,51% restando um percentual de saldo pagar de 38,63%.

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

	NE	2019	2018
R\$ milhares			
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias (I)		36.379,53	94.632,52
Ordinárias		-	-
Vinculadas		36.379,53	94.632,52
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		36.379,53	94.632,52
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)		77.297.752,08	68.660.586,14
Resultantes da Execução Orçamentária		60.699.021,11	57.421.287,49
Repasse Recebido		57.983.773,79	54.968.306,46
Sub-repasse Recebido		2.715.247,32	2.452.981,03
Independentes da Execução Orçamentária		16.598.730,97	11.239.298,65
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		15.960.700,29	10.645.514,35
Movimentação de Saldos Patrimoniais		638.030,68	593.784,30
Recebimentos Extraorçamentários (III)		22.543.505,30	25.144.918,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		9.652.792,60	1.455.771,02
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		12.757.815,81	23.483.034,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		51.965,23	139.630,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários		80.931,66	66.482,92
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			1.015,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.830,16	-
Arrecadação de Outra Unidade		76.101,50	65.467,90
Saldo do Exercício Anterior (IV)		8.686.106,89	1.301.715,60
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.686.106,89	1.301.715,60
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		108.563.743,80	95.201.853,19
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)		71.748.659,71	79.863.053,22
Ordinárias		62.125.505,00	72.185.360,58
Vinculadas		9.623.154,71	7.677.692,64
Educação			
Previdência Social (RPPS)		9.612.708,91	7.619.326,97
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		10.445,80	58.365,67
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		9.398.030,32	7.475.958,63
Resultantes da Execução Orçamentária		2.715.247,32	2.472.644,02
Repasse Concedido			19.662,99
Sub-repasse Concedido		2.715.247,32	2.452.981,03
Independentes da Execução Orçamentária		6.682.783,00	5.003.314,61
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		6.606.681,50	4.937.846,71
Movimento de Saldos Patrimoniais		76.101,50	65.467,90
Despesas Extraorçamentárias (VIII)		18.489.899,19	6.747.549,34
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		8.294.242,46	435.869,87
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		10.130.674,11	6.174.731,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		51.965,23	136.947,55
Outros Pagamentos Extraorçamentários		13.017,39	-
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		10.721,59	
Demais Pagamentos		2.295,80	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		8.927.154,58	1.115.292,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.927.154,58	1.115.292,00
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		108.563.743,80	95.201.853,19

5.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ milhares

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.198.811,11	2.210.304,99
INGRESSOS	77.467.028,50	68.960.316,83
Receitas Derivadas e Originárias	36.379,53	94.632,52
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	24.688,51	21.246,67
Receita de Serviços	11.691,02	68.190,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	5.195,85
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	77.430.648,97	68.865.684,31
Ingressos Extraorçamentários	51.965,23	139.630,27
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.830,16	-
Transferências Financeiras Recebidas	77.297.752,08	68.660.586,14
Arrecadação de Outra Unidade	76.101,50	65.467,90
DESEMBOLSOS	-71.268.217,39	-66.750.011,84
Pessoal e Demais Despesas	-54.841.668,94	-52.508.480,12
Previdência Social	-6.787.039,27	-6.257.857,89
Educação	-48.011.408,08	-46.251.637,25
Desporto e Lazer	-32.500,00	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-10.721,59	1.015,02
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Transferências Concedidas	-6.974.257,10	-6.628.625,54
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-6.948.700,12	-6.628.210,84
Outras Transferências Concedidas	-25.556,98	-414,70
Outros Desembolsos Operacionais	-9.452.291,35	-7.612.906,18
Dispêndios Extraorçamentários	-51.965,23	-136.947,55
Transferências Financeiras Concedidas	-9.398.030,32	-7.475.958,63
Demais Pagamentos	-2.295,80	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.957.763,42	-2.396.728,59
INGRESSOS	-	-

Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
2º Trimestre/2019

Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.957.763,42	-2.396.728,59
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.957.763,42	-2.330.334,59
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-66.394,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	241.047,69	-186.423,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.686.106,89	1.301.715,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.927.154,58	1.115.292,00

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	113.034.732,61	-	-	113.034.732,61
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-86.598,85	-	-	-86.598,85
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	9.258.661,49	-	-	9.258.661,49
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	122.206.795,25	-	-	122.206.795,25
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-35.295,50	-	-	-35.295,50
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-14.987.562,03	-	-	-14.987.562,03
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	107.183.937,72	-	-	107.183.937,72